



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

Registro: 2012.0000056858

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0013853-45.2011.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante JOELCIO CARDOSO (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

Romeu Ricupero
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

Apelação Cível nº 0013853-45.2011.8.26.0114

Apelante: JOELCIO CARDOSO

Apelada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS
GERAIS

Comarca: CAMPINAS - 1ª VARA CÍVEL

VOTO N.º 18.083

EMENTA – Seguro obrigatório. Acidente em 11/06 e ação proposta em 2011. Prescrição. Lesões (fratura de tíbia e infecção) com ciência inequívoca desde o evento. Inadmissibilidade de fixar o termo inicial da ciência inequívoca em relatório médico elaborado três anos após o acidente, quando o segurado deambulava com muletas e claudicava. Inexistência, ademais, de laudo do IML, tanto o contemporâneo quanto o complementar. Sentença mantida. Apelação não provida.

RELATÓRIO.

Trata-se de apelação interposta por JOELCIO CARDOSO (fls. 81/91) contra a R. sentença de fls. 76/79, da lavra do MM. Juiz Renato Siqueira de Pretto, cujo relatório adoto, que julgou improcedente a ação de cobrança de seguro obrigatório que move a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, reconhecendo a prescrição da pretensão.

O apelante destaca a não aplicação da

Apelação nº 0013853-45.2011.8.26.0114

Voto nº:18.083



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

Medida Provisória n.º 340/06 e, no tocante à prescrição, invoca a Súmula 278 do STJ, ou seja, "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral".

No caso presente, o acidente ocorreu em 28/11/2006, porém o apelante somente teve ciência inequívoca de sua invalidez em 21/10/2009, quando da elaboração do laudo do IML.

O recurso, que é tempestivo, foi recebido (fl. 92) e respondido (fls. 94/104).

FUNDAMENTOS.

Na inicial, o autor disse que, no dia 28 de novembro de 2006, em decorrência de acidente de trânsito, sofreu lesões gravíssimas, tendo sido submetido a cirurgia e tratamento médico, encontrando-se acometido de invalidez permanente.

Com a exordial, trouxe Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida (fls. 16/17) e dois relatórios médicos (fls. 18 e 19).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

Após a contestação de fls. 25/58, foi proferida a sentença, na qual se assentou que, "observada a regra inscrita no artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, a pretensão do requerente foi deduzida após o prazo trienal previsto em aludido dispositivo legal", acrescentando-se que:

"Destarte, o ingresso da presente ação, em março de 2011, deu-se quando já transcorrido o novo prazo prescricional incidente na hipótese, devidamente estabelecido pelo artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil de 2002, levando-se em conta o contexto das lesões sofridas pelo requerente, reportadas no boletim de ocorrência de fls. 16/17 e nos relatórios médicos de fls. 18/19, que explicitam a ciência irretorquível do suplicante quanto às seqüelas oriundas do acidente de trânsito em comento desde então. Aliás, não é crível que, à luz das lesões sofridas, o autor só procurou atendimento médico para tais problemas apenas nas datas dos documentos de fls. 18/19, é dizer, apenas depois de três (3) anos do sinistro".

De fato, o autor, aparentemente de maneira consciente, não disse, na petição inicial, quais as lesões que teriam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

decorrido do acidente.

Contudo, no Boletim de Ocorrência, lê-se que teria havido ferimento na perna.

No primeiro relatório médico, datado de outubro de 2009, ou seja, cerca de três anos depois do acidente, há alusão à queixa de dor na perna e deambulação com auxílio de muletas e claudicando, após consolidação de fratura.

No segundo relatório médico, não datado, menciona-se fratura da tíbia que estaria apresentando episódios de infecção.

Assim, diante da gravidade das lesões sofridas pelo apelante, mostra-se irresponsável a sentença, quando alude ser evidente que o segurado tinha ciência de sua incapacidade desde o evento e ser absolutamente inaceitável a versão de que, só três anos depois do acidente, o mesmo veio a procurar atendimento médico.

Não fica a critério exclusivo do segurado fixar a data da incapacidade. Por isso, a lei exige o laudo do IML, que não existe nos autos, tanto o contemporâneo ao acidente, quanto algum outro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

complementar, após eventual consolidação das lesões.

No caso concreto, tendo havido fratura de tíbia e infecção, não se pode sequer cogitar que a incapacidade só tenha sido detectada pelo apelante quando teria procurado atendimento médico, isso cerca de três anos após o acidente, quando então claudicava e usava muletas.

Em suma, a prescrição foi bem reconhecida.

Destarte, pelo meu voto, **nego provimento ao recurso.**

ROMEU RICUPERO
Relator